



GESTÃO CULTURAL DE PEQUENAS CIDADES

*economia e cidadania em disputa
no Programa Muritiba Criativa¹*

Vinícius Santos da Silva Zacarias²

-
- 1 Trabalho de conclusão do curso de especialização em Gestão e Política Cultural da UFRB, orientado pela Professora Doutora. Maria Laura Souza Alves Bezerra Lindner.
 - 2 Doutorando Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos (POSAFRO/UFBA), mestre em Ciências Sociais (PPGCS/UFRB), especialista em Gestão e Política Cultural (UFRB) e bacharel em Museologia (UFRB). Membro do grupo de pesquisa Territorialidade, Patrimônio e Violência no Recôncavo da Bahia, coordenado pelo Professor Doutor. Osmundo Santos de Araújo Pinho. E-mail: vinicius.museu@hotmail.com

RESUMO

O artigo apresenta as incursões teórico-metodológicas de criação do Programa Muritiba Criativa: proposição de caminhos políticos e administrativos para a solução da desocupação e desemprego através de ativos culturais em Muritiba no Recôncavo da Bahia. A política trata, basicamente, da transferência alocativa de parte dos recursos gastos no Palco e Produções da Festa do Senhor do Bonfim de Muritiba para a receita do Fundo Municipal de Cultura. Para tal, o trabalho confere fortes críticas às administrações públicas da cultura, desde a limitação de ações à dimensão econômica na implementação do Sistema Nacional de Cultura, até o patrimonialismo predominante nos pequenos municípios, ambos responsáveis pelo sufocamento da cidadania cultural.

Palavras-chave: Muritiba; governança cultural; economia da cultura.

ABSTRACT

The article presents the theoretical and methodological incursions in the creation of the Muritiba Criativa Program: proposition of political and administrative paths for the solution of unemployment and unemployment through cultural assets in Muritiba in the Recôncavo da Bahia. Basically, the policy deals with the allocative transfer of part of the resources spent on the Stage and Productions of the Festa do Senhor do Bonfim in Muritiba to the revenue of the Municipal Culture Fund. To this end, the work strongly criticizes public administrations of culture, from the limitation of actions to the economic dimension in the implementation of the National System of Culture, to the predominant patrimonialism in small municipalities, both responsible for the suffocation of cultural citizenship.

Keywords: Muritiba; cultural governance; economy of culture.

INTRODUÇÃO

Este artigo trata-se de um memorial crítico da proposta governamental destinado à cidade de Muritiba-BA, fruto do meu trabalho de conclusão de Curso da Especialização em Gestão e Política Cultural (PGCULT/UFRB). Portanto, para a compreensão desta temática, faz-se absolutamente necessária a leitura prévia da Proposta de Governança Cultural intitulada “Programa Muritiba Criativa”, cujo link de acesso está disponibilizado na primeira nota de rodapé deste documento.³

A GUERRA CULTURAL INTERIORANA

A produção, usufruto e preservação da cultura são direitos fundamentais do cidadão garantidos na Constituição Federal de 1988. (MANGO; FERREIRA, 2017) Conforme pactuação federativa republicana, os brasileiros devem exercer plenamente esta cidadania, primordialmente, nos municípios. Devido a isso, um dos principais lemas municipalistas é “a vida é vivida nos municípios”, pois são neles que primeiro exercemos e reivindicamos o Estado Democrático

.....
3 Link de acesso para a Proposta de Governança Cultural para Muritiba: <https://drive.google.com/file/d/1eNrdAWV36siTdzbuqQS9Hzj1LSSGKhMt/view?usp=sharing>

de Direito. São nas 5.570 cidades do país onde vivem os agentes mais importantes, criativos e resistentes da cultura brasileira e essas qualidades são expressas nas suas práticas e organizações.

Qualquer iniciativa que vise à profissionalização das políticas culturais deve considerar, antes de tudo, as mazelas administrativas impregnadas nestes municípios, principalmente nos de pequeno e médio porte. Tais mazelas são resultado dos processos fundacionais do país, atualmente aliados à complexidade de produção cultural e do método rudimentar das gestões municipais. Infelizmente, a realidade é marcada por uma forma de gerência administrativa baseada no patrimonialismo, ente partícipe das tristes tradições das políticas culturais brasileiras caracterizadas, dentre outros aspectos, por ausências, autoritarismos e instabilidades. (RUBIM, 2007)

A cultura, como uma área que enfrenta grandes dificuldades de consolidação de suas políticas a nível nacional, é uma das maiores vítimas do triste cenário interiorano. As recentes secretarias municipais de cultura são mantidas por prefeitos como cabides de emprego e os recursos financeiros funcionam como pretextos orçamentários para esquemas de ilicitude, tais como fraudes em processos de inexigibilidade de licitação para contratação de shows, peculato administrativo e apadrinhamento funcional, apenas para citar alguns dos múltiplos exemplos facilmente apurados nas matérias jornalísticas. Basta consultar os arquivos das imprensas locais e os pareceres técnicos dos Tribunais de Conta dos Municípios para perceber a permeação de autos contendo denúncias e investigações sobre casos de corrupção e as orientações à rejeição de contas em exercício de prefeitos.

Esses indicadores de corrupção estão em alusão, principalmente, a períodos carnavalescos e juninos, quando há grandes despesas financeiras na contratação de bandas para festas de largo, por exemplo. A recorrência dá-se pela preservação de noções primitivas, do ponto de vista da administração pública, em que público e privado se confundem, centralizando quase que absolutamente o poder das decisões nas mãos de pequenas elites familiares e escusos arranjos de ocasião.

Portanto, além de apresentar um programa experimental que dá título à pesquisa “Programa Muritiba Criativa”, esse artigo convida os leitores à reflexão de um dilema enfrentado por colegas gestores e agentes públicos na construção de políticas públicas culturais nos municípios, ou seja, como desenvolver instrumentos democráticos e emancipatórios próprios que exigem um popular e sofisticado arranjo cooperativo, se grande parte dos pequenos e médios municípios brasileiros ainda não assimilam preceitos constitucionais e gerem naturalmente suas administrações reiterando práticas viciosas e corruptivas? Refletiremos juntos sobre a guerra cultural local.

CAMINHOS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA.

À luz dos governos de Lula e Dilma (2003–2016) foram elaborados aparatos burocrático-legais para o fortalecimento do campo cultural no país. O maior deles foi o Sistema Nacional de Cultura, inspirado no Sistema Único de Saúde, instrumento de cooperação voluntário entre municípios, estados e a União que, dentre os diversos objetivos, instituía o tão valioso repasse financeiro fundo a fundo. Vale lembrar que até então, os investimentos na cultura nacional eram basicamente pensados para grandes artistas, espetáculos, exposições e cinematografias por meio da Lei Nacional de Incentivo Cultural, conhecida como Lei Rouanet.

O estado da Bahia, por exemplo, foi um dos principais entes da federação a empreender esforços às políticas de interiorização da cultura quando criou, por iniciativa executiva, dentro da administração estadual, a Superintendência de Territorialização da Cultura, consequência do desmembramento da Secretaria de Cultura e Turismo. As duas feitas pelo então Governador Jacques Wagner.

A gestão do Secretário Márcio Meirelles teve como característica mais marcante a busca da territorialização da cultura na Bahia. A nova Secretaria adotou a noção de territórios de identidade, instituía pelo Governo, pois

esta noção trouxe imanente uma dimensão claramente cultural, com a expressa pelo sentido de pertença a um determinado território. Por óbvio, as outras dimensões – geográficas, econômicas, políticas etc. – não foram desconsideradas, mas uma nova e vital dimensão foi incorporada à delimitação das fronteiras territoriais”. (RUBIN, 2014, p. 22)

Este processo longo envolveu diversos agentes, programas, estratégias, eventos e, claro, disputas internas. O resultado das políticas públicas culturais de territorialização pode ser conferido nos diversos trabalhos publicados ao longo dos anos. No entanto, destaco uma política fundamental e que atingiu com força máxima os municípios que careciam de assessoria técnica à administração da cultura: a disposição dos representantes territoriais da Secretaria de Cultura da Bahia divididos pelos 27 territórios de identidade. O trabalho desses profissionais era, basicamente, prestar a atenção especializada aos 417 municípios baianos, além de estreitar laços de diálogos dos órgãos gestores da cultura com o Governo do Estado.

Vale lembrar que são inúmeros os avanços na política cultural em relação ao fomento e formação técnica e universitária, e que estão detalhadamente descritos na literatura do campo. O importante aqui é trazer luz a uma reflexão ainda muito incipiente: *o impacto das políticas culturais na dimensão econômica dos municípios*. Assume-se que este efeito pode ser apresentado por incompreensão da cadeia produtiva da cultura, quanto pelos “vícios coloniais” (patrimonialismo, clientelismo, assistencialismo, dentre outros), responsáveis por impedir que os cidadãos tenham, verdadeiramente, alternativas de emancipação econômica a partir dos ativos culturais e criativos, ou seja, acredito que em todos esses anos da recente democratização da política cultural, focamos em demasiado na dimensão simbólica, correspondente a preservação, fomento e difusão, e não exploramos a dimensão econômica enquanto potencial de geração de emprego e renda.

A metodologia que proponho, então, é o estudo de caso, a partir da realidade empírica relatada nas experiências como gestor cultural da cidade de Muritiba, situada no Recôncavo da Bahia. Apontarei os impactos da institucionalização da política cultural em Muritiba ao longo do percurso histórico de quatorze anos de mobilização social a favor da agenda. Farei críticas à falta da discussão em torno da dimensão econômica da cultura como estratégia de emancipação cidadã e geração de renda, aliadas aos “vícios coloniais” que dão vazão a práticas patrimonialistas na administração de pequenas e médias cidades. Apresentarei ainda a ideia-experimento de gestão chamada “Programa Muritiba Criativa”, na qual consiste em um compilado de medidas governamentais integradas aos municípios do Recôncavo Sul.

CONHECENDO MURITIBA

Muritiba está localizada no território de identidade chamado Recôncavo da Bahia. Leva esse nome por ser uma região que circunda a Baía de Todos os Santos, principal porto comercial entre os séculos XVIII e XIX. O território carrega a responsabilidade das paisagens imaginadas⁴ do estado da Bahia, entre sambas de rodas, carnaval e celebrações populares, comidas como o caruru e a maniçoba, além de ser a terra dos maiores expoentes da música popular brasileira.⁵ O Recôncavo é a Bahia que o Brasil imagina.

Conhecida como a “Cidade Serrana”, por ter uma elevação geográfica superior, comparada às de Cachoeira e São Félix, os nascidos na terra são popularmente chamados “Papa Jaca”.⁶ (CASTRO, 1941) Logo

-
- 4 MASSEY, D. B. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Tradução: Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2008.
 - 5 O Recôncavo da Bahia é a região onde nasceram os principais intérpretes da Música Popular Brasileira, entre os nomes estão Caetano Velloso, Maria Bethânia, Mariene de Castro, Dona Dalva do Samba e Paulo Costa.
 - 6 Dizem os mais velhos que Muritiba tinha muitas árvores de jaca no passado e logo uma abundância da fruta. Por isso, os munícipes são conhecidos como “papa-jacas”. A cidade de Itabuna, no Sul da Bahia, tem tradição similar.

na entrada da cidade, existe um portal, construído em 2007 pela administração, que traz essa espécie de tradição inventada: lá consta em letras grandes e legíveis “Muritiba Cidade Serrana”. O portal foi construído na gestão do Prefeito Epifânio Marques Sampaio,⁷ popularmente conhecido como Babão, que se inspirou no portal de Gramado-RS, quando visitou a cidade.

De modo importante, esses dois elementos “serra” e “jaca” são interessantes para abrir a discussão sobre as invenções das tradições, apresentada por Eric Hobsbawm e Eric Ranger: trata-se das tradições inventadas tanto quanto repentinamente por uso das repetições com objetivos políticos. (HOBSBAWM; RANGER, 1997) Esse conjunto de práticas de natureza simbólica serve para entender o imaginário apropriado como processo de “continuação do passado”. Diferente do “costume”, que se deriva de sociedades tradicionais, ao qual podem ser incorporados outros elementos. A tradição inventada tem por característica primaz a invariabilidade, impondo práticas normalmente formalizadas.

Neste sentido, a construção do portal de Muritiba com o escrito “Cidade Serrana” é uma espécie de ritualização do processo de afirmação identitária em relação à cidade do relevo “baixo” – permitindo, inclusive, que a cidade, por ser considerada “serra”, tenha um conjunto de hábitos característicos, como a elegância das pessoas nas festas juninas expostas ao frio – quanto de divulgação deste “imaginário” inventado a todos que passam pela entrada de Muritiba, cruzando a BR 101. Desta forma, o “papa-jaca” é um costume popular que também pode ser potencializado enquanto tradição genuína, a partir do princípio do fortalecimento identitário singular do município, e explorado para o fomento de eventos e produtos que tenham como matéria-prima a fruta jaca, por exemplo.

.....
7 Babão é um dos prefeitos mais respeitados da história da pequena cidade, junto com Clementino Pereira Fraga, popular Fraguinha. Líderes carismáticos, ambos cresceram na carreira pública aderindo ao tradicional e eficiente modelo neopatrimonialismo brasileiro.

A FESTA DO SENHOR DO BONFIM DE MURITIBA

Sendo a maior celebração cultural da cidade, a Festa do Senhor do Bonfim de Muritiba precede o Carnaval e existe há mais de duzentos anos, porém se restringe a ritos religiosos católicos – missas e novenário na Igreja de Nossa Senhora do Rosário (Igreja do Bonfim), além de procissões – e a cortejos culturais, como o pregão anunciador e as lavagens de rua. Há cerca de 40 anos, a festa vem obedecendo a lógica meramente mercantil de entretenimento, recebendo consideráveis financiamentos apenas para grandes shows musicais nas praças públicas, contratados por produtoras privadas e cervejarias.⁸

No processo de mercantilização do espaço público – e que reverbera nas modificações dos elementos e signos culturais já existentes – a Festa do Bonfim de Muritiba tem se tornado um negócio para médios empresários e grande festival de música comercial para os munícipes. (RODRIGUES, 2007) Dessa forma, os gastos empregados nas contratações de infraestrutura de eventos (palco, iluminação e som) e de bandas musicais nos onze dias de festa são consideravelmente altos e desproporcionais, uma vez que o município carece de equipamentos e fomentos à cultura local durante o resto do ano.

PROGRAMA MURITIBA CRIATIVA

A partir desta experiência intercalada entre formação e atuação, desenvolvi um conceito a serviço do desenvolvimento sustentável do/no município, aliado a política cultural. Para maior explicação deste conceito, intitulado de “Programa Muritiba Criativa”, apresento a contextualização a seguir.

-
- 8 Para saber mais sobre o consumo e folia durante a Festa do Senhor de Muritiba ler: REBOUÇAS DA SILVA, C. M. *Entre o sino do Bonfim e o chocalho do cão: fé, folia e consumo nas lavagens da festa do Senhor do Bonfim de Muritiba – BA*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2016.

Contextualização e premissas

A partir das constantes disputas culturais em torno das demandas dos municípios, constatou-se que a cultura é direcionada a faixa das não prioridades da gestão municipal devido a equivocada concepção que insiste em perceber os gastos para a cultura como meras despesas de entretenimento e sem retorno político e econômico. Como já pontuado no início do artigo, esta prática na recente institucionalização da cultura advém, primeiramente, do constante direcionamento para o financiamento público aos privilegiados setores artísticos nacionais, a partir das leis de incentivo fiscal ou de financiamento; e segundo, pela baixa defesa da dimensão econômica da cultura prevista no Sistema Nacional de Cultura. Isto levou muitos ativistas e gestores, desproporcionalmente, a dedicarem mais esforços no âmbito da descentralização dos recursos nas dimensões simbólicas, com foco em preservação, fruição e difusão da cultura popular, desprestigiando com isso a dimensão econômica por temerem o descontrole e a manipulação dos agentes de mercado, ou seja, é muito inconsistente a discussão por meio do Estado sobre geração de emprego e renda a partir dos ativos culturais, distanciado equivocadamente economia da cultura da economia criativa. Por exemplo, muitos dos recursos disponibilizados via editais públicos não podem ser comercializados pelos próprios fazedores. Se por um lado, esta norma finca os limites entre as esferas públicas e privadas, por outro, impossibilita pequenos fazedores e artistas a desenvolverem projetos sustentáveis de impacto econômico, sempre dependendo de financiamento público.

Pensando nisso, durante minha atuação como gestor cultural, criei o conceito “Programa Muritiba Criativa”. Um experimento de gestão que visa solucionar, ao menos parcialmente, os dois principais problemas do cenário de Muritiba no Recôncavo da Bahia: o isolamento das cidades do entorno que impossibilita a criação de consórcios e cooperações econômicas e culturais; e o clientelismo no financiamento de projetos culturais, responsáveis por desestimular

o associativismo ao estabelecer critérios de apoio relativos à vontade do prefeito ou qualquer circunstância eleitoral.

Ao fim, a descrição conceitual e metodológica do programa convida a população a criar seus ativos culturais e oferece terreno propício ao empreendedorismo criativo na geração de emprego e ocupação. Por efeito, sua efetivação enfrenta percalços nas mais duras das guerras culturais existentes nos interiores brasileiros e pelos quais os polos disputantes, identificados por corrupção administrativa *versus* cidadania popular, não estão em condições equiparadas na batalha pela cidadania.

A CULTURA DE MURITIBA E A QUESTÃO DA ECONOMIA

As políticas públicas que se proponham a causar impactos nacionais são formuladas em amplitude a fim de atingir todo o território brasileiro, porém os efeitos reais e concretos de sua implementação são sentidos nas cidades. No entanto, algo que é consideravelmente pouco discutido no âmbito da administração pública dos pequenos e médios municípios brasileiros (que contêm de 20 a 100 mil habitantes) é a autonomia, já conferida aos municípios pela Constituição Brasileira, para criação de suas próprias políticas públicas. Esses municípios são demasiadamente dependentes dos repasses federados e fundos externos para suprir as necessidades públicas básicas, como direito à Educação e à Saúde. Há quem avalie como ótima gestão, por exemplo, o pequeno e médio município que consegue manter o funcionamento do hospital, das escolas, da limpeza pública e o pagamento em dia dos funcionários.

Este artigo de intervenção – que se materializou numa Proposta de Governança Cultural ou Plano de Ações, instrumento de gestão pública – é oriundo da observação analítica e da experiência do autor, por quase dois anos no cargo de Diretor do Departamento de Difusão Cultural na Secretaria de Cultura, Esportes e Lazer da Prefeitura Municipal de Muritiba.⁹ Esse privilégio possibilitou sistematizar ideias

.....
9 Em setembro de 2016 participei como articulador político da segunda candidatura do jovem

para a solução do principal problema do município de Muritiba: a falta de ocupação e trabalho,¹⁰ consequência da escassez de receita financeira própria e da geração de renda.

Desviando-se da lógica simplória de apenas “atrair” grandes empresas ou indústrias para a cidade como a solução imediata do problema do desemprego – podendo elas, sem dúvidas, gerar empregos, porém, coloca o município em persistente relação de dependência ao mercado externo, sem falar nos danos ambientais que em muitos casos são irreversíveis, ou seja, qualquer prefeitura tem interesse de atrair grandes empresas, o que de certa maneira minimizaria a questão do desemprego nas pequenas e médias cidades. Contudo, a relação que estabelecerá com essas empresas poderá ser de dependência. A proposta em questão vai contra essa exploração subserviente, apresentando neste instrumento técnico a existência do potencial econômico: o turismo cultural em Muritiba.

Esse potencial pode garantir possibilidades de crescimento para o município, isto é, a iniciativa de um programa que proponha caminhos políticos e administrativos de soluções para o problema da desocupação e desemprego, que partirá da Prefeitura de Muritiba em diálogo com os entes da sociedade civil, oportunizará caminhos para a geração de ocupação, alternativas de microempreendimentos e incentivo ao associativismo no município. Não causando danos na dinâmica da pequena cidade.

O que seria, então, o Programa Muritiba Criativa? É um experimento de gestão que visa a realocação de recursos já empregados no

cientista social Paulo Ricardo ao primeiro mandato na Câmara de Vereadores de Muritiba. Na época, organizamos uma atividade política intitulada “Qual a cultura de Muritiba?”, reunindo grande parte dos agentes culturais do município. A principal proposta tirada dessa roda de discussão foi a criação dos Editais Municipais de Cultura. Nascia ali o embrião da ideia do Programa Muritiba Criativa.

- 10 Segundos dados de 2017 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a proporção de pessoas ocupadas em Muritiba em relação à população total era de 8.4%. Muritiba tem 46,4% de domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, colocando-a entre piores condições de renda do estado da Bahia, na 338ª dos 417 municípios baianos.

orçamento da cultura ao financiamento de atividades culturais que atraíam, inicialmente, excursionistas que visitam as agendas culturais baianas de Cachoeira, Santo Amaro e Maragogipe. O programa experimental tem condições de ser o maior empreendimento de gestão já realizado no município em articulação com o território do Recôncavo da Bahia.

ECONOMIA DA CULTURA EM MURITIBA: DESAFIOS

Durante a elaboração do Plano de Governança Cultural, percebe-se que Muritiba, como diversos municípios do país, não é um grande celeiro do turismo cultural. Porém, detém vantagens infraestruturais quando comparada a outras cidades do Recôncavo da Bahia, seja por sua localização cultural, estando a menos de cinco quilômetros de São Félix e Cachoeira, seja por sua organização urbana, sendo uma cidade plana, com ruas amplas e bem divididas e clima agradável. A experiência de dois anos na execução desta proposta de governança cultural serviu como espelho para traçar outras metas no setor cultural e turístico do município. Ao longo do tempo, é possível considerar até o incentivo de pequenos e médios empresários na melhoria de infraestrutura hoteleira e de restaurantes e até mesmo uma cooperação civil pública para oferecer serviços de hospedagens comunitárias (*Airbnb*), durante as edições da FLICA – Festa Literária Internacional de Cachoeira.¹¹

Não se consegue fazer um milagre na economia de Muritiba, levando-se em consideração a situação de crise econômica brasileira. Entretanto, precisamos lembrar que há alguns anos, éramos referência nas políticas desenvolvimentistas de geração de emprego, renda e crédito, o que tornava possível a facilidade de acesso ao consumo pelas famílias. O município tem uma economia voltada à

11 A Festa Literária Internacional de Cachoeira (FLICA) é um festival literário que acontece anualmente no mês de outubro na cidade histórica de Cachoeira, situada no Recôncavo da Bahia, realizada em parceria com a Cachoeira Literária e I Content. Em 2016, a festa recebeu 35 mil pessoas interessadas na arte literária, segundo dados da própria organização.

agricultura de subsistência e ao pequeno comércio local e uma média populacional de 30 mil habitantes (IBGE, 2010), sendo 45% na zona rural, aproximadamente.

Sendo assim, pergunto: qual o meu papel enquanto gestor cultural numa pequena cidade no interior da Bahia? Talvez seja o de articulador para a superação das bases sociais antagônicas e das hegemonias predominantes nos contextos políticos já estabelecidos, sobretudo frente ao patrimonialismo com base no qual organizaram-se as relações interiores de exploração, prevaricação e privilégios aos poucos “amigos do rei”. Este é um problema estrutural com base na colonização de *plantation*, como aponta Vich (2007) em texto que norteia as direções intelectuais e profissionais de todo gestor cultural:

[...] Digamos que, na América Latina, não chegou a se consolidar um senso de coletividade, e a entender que o interesse privado não deve ser contrário ao bem público. Na verdade, nós, cidadãos, tendemos a nos comportar de maneira patrimonial não só diante dos cargos públicos, mas também em qualquer exercício do poder. [...] a verdade é que o problema todo em nossas sociedades é todo mundo querer voltar a ser patrão, todos hoje sentirem saudade de ocupar esse lugar, um sentimento compartilhado por todos. Em outras palavras: continuamos instalados em uma cultura de senhores e servos, em um jogo perverso para tirar proveito ou subjugar os outros. [...] Agora, como se combate a corrupção? [...] A resposta são as políticas culturais. As políticas culturais devem ocupar uma área privilegiada nas políticas do governo. (VICH, 2017, p. 51)

No contexto muritibano, as políticas culturais devem ser postas como instrumentos da administração que visam buscar alternativas para crescimento econômico, engajamento político na promoção da cidadania e superação das crises éticas. No ambiente das pequenas e médias cidades, onde é mais acentuado o reflexo precário da igualdade, da democracia e do direito, tais políticas precisam ganhar

locação estratégica e transversal, perpassando da economia à saúde. Este trabalho é uma singela contribuição, que serve de motriz inspiradora para o tão defendido desenvolvimento de Muritiba.

A “noção fabril ou industrial” que orienta as práticas para busca de recursos no município advém de um pensamento imediato e simplório. Antes de tudo, devem ser levados em consideração os impactos desses feitos na “geografia” das cidades. Antes das fábricas de manufatura e indústrias de grande absorção de operários serem almeçadas pelas pequenas cidades, os gestores devem estudar a conjuntura econômica em que o país está inserido, além de ponderar também o tempo apropriado para a instalação e a qual setor se destinaria a essas produções fabris. Ainda é importante destacar que as políticas brasileiras de provisão de condições de urbanização e de desenvolvimento econômico apresentam padrões uniformes de intervenções, dialogando pouco com as especificidades regionais. No período de menos de cinco anos, caso o projeto de “atração” de emprego e renda do setor seja bem-sucedido, isso pode mudar drasticamente a dinâmica urbana da cidade, acarretando em problemas como gentrificação, descontrole de aumento populacional e, logo, alto índice de violência. Se as grandes fábricas se instalassem em Muritiba, por exemplo, a cidade aprazível, espaçosa, organizada e bem ventilada nunca mais seria a mesma. Estaríamos dispostos ao desenvolvimento econômico condicionado à forte degradação socioambiental? Defendo que a cultura, por sua vez, desempenha uma fonte de recursos sustentável. A cultura como recurso pode atuar em mais diversos segmentos sociais, inclusive emancipar cidadãos frente aos seus desafios.

A cultura está sendo crescentemente dirigida como um recurso para a melhoria sociopolítica e econômica, ou seja, para aumentar sua participação nessa era de envolvimento político decadente, de conflitos acerca da cidadania (*sic*) e do surgimento daquilo que Rifkin (2000) chamou de capitalismo cultural. (YÚDICE, 2006, p. 25)

No entanto, existem alguns pontos problemáticos nisso. No artigo de Evandro e Joel Guindani (2016), que faz referência à experiência de pesquisa de Tiago Martins na Região das Missões no Rio Grande do Sul, mostra que há uma grande preferência de alocação de gastos/ investimentos públicos em apenas uma pequena dimensão da cultura: os espetáculos ou o que defini como “Palco e Produções”. Dessa forma, a defesa de ampliação do investimento em cultura pode recorrer a um erro grave: limitar a aplicação dos recursos apenas à dimensão do entretenimento, com eventos e celebrações para, no final das contas, serem úteis ao mercado por meio de contratos milionários com produtoras e agências (o que também acontece com Muritiba). Defendo, por sua vez, a realocação de metade do recurso gasto da dimensão Palco e Produções da Festa do Senhor Bonfim de Muritiba ao Fundo Municipal de Cultura, com o objetivo de financiar projetos de organizações de direito privado, como associações e sociedades de fins culturais, para o fomento de eventos culturais e turísticos. Se, por um lado, essa realocação descentraliza o recurso de Palco e Produções, por outro, distribui parte desses recursos para eventos que possam atrair excursionistas que já visitam Cachoeira, Santo Amaro e Maragogipe em datas de festejos populares. Essa política demandaria uma cooperação contratual com agências de turismo, por exemplo. Esta proposta aponta para uma utilização do recurso cultural de Muritiba que se desvia da lógica unidimensional do entretenimento. Os projetos financiados valorizarão a identidade da região e de Muritiba, através das ditas “tradições inventadas”, já relatadas anteriormente. Após avaliação de dois anos, o Programa Muritiba Criativa poderá expandir suas ações e metas, a fim de privilegiar também a formação e qualificação de agentes profissionais que estarão se tornando parceiros econômicos diversificados. Ademais, Muritiba passará a oferecer e exportar infraestrutura turística e cultural no ramo de pequenos serviços, tornando-se referência na região. Como acontece, por exemplo, com o município de Santo Ângelo/RS. (MARTINS; OLIVEIRA; GUINDANI; SILVA, 2015)

CAMINHOS ADMINISTRATIVOS: EXECUÇÃO, DETALHAMENTO DO MÉTODO E PÚBLICO-ALVO

A técnica principal para a execução do Programa Muritiba Criativa é a realocação de recursos que já são empregados na rubrica da cultura com a contratação de empresas de palco e produções na Festa do Bonfim de Muritiba. Os dados disponibilizados pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia mostram o valor gasto de seiscentos e vinte oito mil e novecentos reais (R\$ 628.900,00) com a contratação da empresa Valentina Produções LTDA ME, na forma de nove pagamentos, que foram realizados entre os meses de janeiro e julho de 2016.

A partir dessa projeção de gasto, o trabalho foi construído tendo como referência este valor, considerado desproporcional em relação aos outros gastos apresentados para a rubrica da cultura na Lei do Orçamento Anual do ano 2016. O valor da supracitada contratação é um gasto que não reverbera em “retorno cidadão”, portanto, não pode ser considerado investimento. Inclusive, este não pode ser mensurado em números ou percentuais, pois não existe nenhum tipo de informação oficial que mesure os impactos turísticos e econômicos durante a Festa do Bonfim de Muritiba.

Este trabalho foi inspirado na experiência de pesquisa realizada pela equipe de pesquisadores da Universidade Federal do Pampa em 2015, liderado por Tiago Martins,¹² na região das Missões, no Rio Grande do Sul. A região, que é formada por 27 pequenas cidades e conhecida culturalmente pela colonização dos jesuítas sobre as comunidades indígenas Guaranis, recebia grandes financiamentos para a rubrica da cultura, tendo as prefeituras como o maior ente de fomento. O interesse dos pesquisadores era saber as preferências alocativas desses recursos; para isso, foram utilizados os dados primários do Tribunal

12 GUIANDANI, E. R.; GUIANDANI, J. F. A cidadania cultural na perspectiva da economia da cultura e das políticas públicas. MARTINS, T. C. (org.). *Política e economia da cultura e os gastos públicos municipais: um estudo na Região das Missões - RS*, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2016.

de Contas dos Municípios, para análises de variações dos recursos entre os anos de 2011 e 2013.

Ao final, estudando o quadro de despesas e gastos da rubrica da cultura de todos os municípios, constatou-se que a arte do espetáculo – como shows, eventos festivos em datas comemorativas e festivais – recebem os maiores gastos através de CNPJ, sendo que outro percentual significativo está nos CPFs, destinado a proventos de funcionários na folha de pagamento. Desta forma, o artigo aponta que a política cultural na Região das Missões é destinada a arte do espetáculo; porém, durante o curso da escrita, os autores preferem não se posicionar juízo a este espelho, optando apenas a apresentar os dados.

[...] A realização de shows musicais, eventos festivos em datas comemorativas e a realização de festivais de arte e cultura acabam por retratar que as políticas públicas dos municípios da Região das Missões estão centradas na arte de espetáculo. Já no que se pode concluir para o perfil da cadeia produtiva da cultura, considerando CPFs, transferências governamentais e a atividades específicas, conclui-se que a região tende a destinar 2/4 dos recursos em gastos com CPF, 1/4 na cadeia produtiva da cultura e 1/4 em apoio II e transferências governamentais (inferência a partir da leitura dos anos de 2012 e 2013). (GUIANDANI; GUIANDANI, 2015, p. 204)

PRODUTO FINAL E SOLUÇÕES ENCONTRADAS

De modo similar, podemos pressupor que a realidade de despesas e gastos com a cultura nas Região das Missões não é diferente do que acontece nos municípios do Recôncavo da Bahia. Não se trata, no entanto, de afirmar que a arte do espetáculo não possa receber o maior número em gastos, mas que esses gastos são tratados por muitas prefeituras como meras e custosas despesas de retorno político

imediatos. Os prefeitos se tornam “obrigados” a realizá-los no receio eminente de contrapor a derradeira lógica do “pão e circo”, fazendo parte de um espectro do que me atrevo a chamar de “assistencialismo cultural”. Uma alternativa para solucionar esse problema seria aproveitar esta cadeia empreendedora para oferecer condições de ocupação e renda, valorizando a diversidade cultural, estimulando a criatividade e apoiando os serviços básicos de hotelaria e restaurantes do município, por exemplo.

A execução do Programa Muritiba Criativa está centrada na técnica de gestão pública conhecida como alocação de recurso, que trata da re-priorização de ações governamentais por meio de técnicas de remanejar, transpor ou transferir recursos de uma datação para outra. No caso desta proposta de governança cultural, trata-se de alocar parte de um recurso que já vem sendo empregado na rubrica da cultura e que varia anualmente. Para este trabalho, utilizamos como parâmetro e projeção o ano fiscal de 2016.

No caso do Programa Muritiba Criativa, a alteração viria a partir das prioridades de gastos contidas na Lei Orçamentária Anual, que deverá ser submetida à avaliação legislativa conforme o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal. Levando em consideração que, todos os anos, as gestões municipais organizam seus gastos em prioridades, defendemos que a implementação deste programa requer fundamentalmente vontade política por parte do prefeito municipal para que haja, de fato, a transferência¹³ dos recursos.

.....

13 Existem três formas de alocação de recursos no orçamento da Administração Pública. São elas: remanejamentos: realocações na organização de um ente público, com destinação de recursos de um órgão para o outro; transposições realocações no âmbito dos programas de trabalho, dentro do mesmo órgão; transferências: realocações de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão ou do mesmo programa de trabalho.

CONCLUSÃO

O diagnóstico parcial da gestão cultural de Muritiba (tomada a partir da minha experiência profissional) aponta que a cidade tem um potencial para investimento em serviços turísticos, comparada a Cachoeira e Santo Amaro, devido à sua localização, organização urbana e clima. O Programa Muritiba Criativa é o primeiro passo para incluir na Administração Municipal de Muritiba o olhar estratégico para o setor promissor na geração de emprego e renda.

Sabemos, por sua vez, que o fator elementar para a profissionalização da gestão pública municipal, tendo em vista os princípios básicos constitucionais que promovem a participação social de forma isonômica e o bem comum, prevê a mudança de mentalidades que conformam as práticas patrimonialistas contidas no município. Por este motivo, o Programa Muritiba Criativa visa o fomento a projetos com proponentes de associações, sociedade ou cooperativas, estimulando, assim, a cultura associativista para a busca dos recursos através da prefeitura.

Ainda, o Programa Muritiba Criativa em seu teor de instrumento técnico de execução, também propicia a cooperação entre outras agências de turismo, uma vez que destina 25% do orçamento de cada projeto à melhoria da própria infraestrutura turística, desde sinalizações em placas e totens a equipamentos de apoio ao excursionista.

Existem muitos desafios na gestão cultural, o principal deles é uma elevação do patamar da importância estratégica para o desenvolvimento do país, a fim de que ocasione maiores investimentos e fomentos para a área, de maneira articulada. A concepção primaz deste trabalho é co-responsabilizar os pequenos e médios municípios brasileiros para este papel, chamando atenção para o potencial que a cultura tem de solucionar problemas estruturais no país. É preciso criar alternativas autossustentáveis, a ponto das prefeituras

não dependerem única e necessariamente dos repasses financeiros federais, como já anteriormente dispostos.

[...] As resistências políticas à revisão da fórmula de repasse do Fundo de Participação Municipal se constitui no maior desafio a esta alternativa, o que talvez explique a não adoção do modelo em outros estados. Para dar conta do tamanho da diversidade no campo cultural e das artes, deve haver um sistema de fomento plural e equilibrado, no qual prevaleça o interesse público. Desde o ano de 2003, percebe-se grande avanço nesta direção, tanto no âmbito federal quanto nos estados e municípios. Porém, estes avanços não se consolidaram em uma política de estado que garanta maior sustentabilidade, estabilidade, dinamização de mercado, e que procure estimular a produção e o consumo, contribuindo para ampliar o público assim como estimular a inovação e a experimentação artística. (ALMEIDA; PAIVA NETO, 2017, p. 57)

A vida se vive nos municípios e as descentralizações de gestões é o ponto principal da política cultural na atualidade. Com o maior acesso à informação e à formação, o Brasil quebrou paradigmas na qualificação de quadros geracionais que pensam criticamente o país, isso proporcionou a criação e implementação de algumas poucas políticas de estado também no âmbito municipal. Essas políticas devem começar com a identificação de potencialidades do município, seguida de experimentos de programas como este. O Programa Muritiba Criativa é um passo para trabalhar efetivamente a cultura e a criatividade com maior potencial de crescimento autossustentado de Muritiba.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.; PAIVA NETO, C. B. Fomento à cultura no Brasil: Desafios e oportunidades. *Políticas Culturais em Revista*, v. 10, n. 2, 2017.

- BUTLER, R. W. *The concept of a tourism area cycle of evolution: implications for management resources*. Canadian Geographer, v. 24, p. 5-12, 1980.
- CASTRO, A. *Histórias e estrelas de Muritiba*. [s. l.] [s. e.], 1941.
- GUIANDANI, E. R.; GUIANDANI, J. F. Política e economia da cultura e os gastos públicos municipais: um estudo na Região das Missões – RS. In: MARTINS T. C. (org.). *A cidadania cultural na perspectiva da economia da cultura e das políticas públicas*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2016.
- MANGO, A. R.; FERREIRA, G. A. Cultura com direito fundamental: regras e princípios culturais. *Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais*, v. 3, n. 1, p. 80-98, 2017.
- MARTINS, T. C.; OLIVEIRA, V. S.; GUINDANI, J. F.; SILVA, M. G. Política e economia da cultura: a alocação dos recursos públicos municipais. *Revista Eptic*, v. 17, n. 2, maio/ago. Sergipe, 2015.
- MASSEY, D. B. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Tradução: Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MURITIBA. Bahia. *Trabalho de Avaliação Turística Municipal de Muritiba*. Projeto de Fortalecimento Institucional da Gestão Municipal do Turismo da Zona Turística da Baía de Todos-os-Santos (Prodetur/BTS). Consórcio Nippon Koei LDC, Cobrape, Ruschmann Consultores, GKS Inteligência Territorial. Governo do Estado da Bahia, 2019.
- RANGER, T.; HOBBSAWM, E. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- REBOUÇAS DA SILVA, C. M. *Entre o sino do Bonfim e o chocalho do cão: fé, folia e consumo nas lavagens da festa do Senhor do Bonfim de Muritiba – BA*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira, 2016
- RIFKIN, J.; ÁLVAREZ, J. F.; TEIRA, D. *La era del acceso: la revolución de la nueva economía*. Barcelona: Paidós, 2000.
- RODRIGUES, M. da P. de J. *Festa do Senhor do Bonfim em Muritiba – BA: uma manifestação popular mercantilizada*. Santo Antônio de Jesus – BA, 2007.
- RUBIM, A. A. C. Políticas Culturais na Bahia, Brasil 2011-2013. 2014. *Anais do 1º Congresso Latino americano de Gestão Cultural*. Santiago, Chile. 2014.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: UFBA, 2007. p. 11-36

VICH, V. *O que é um gestor cultural?* Políticas culturais: conjunturas e territorialidades [recurso eletrônico]. CALABRE, L.; LIMA, D. R. (org.). Tradução: Marisa Shirasuna. Revisão: Karina Hembra. Textos: Ana Rosas Mantecon *et al.* Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, São Paulo: Itaú Cultural, 2017. p. 49-54.

YÚDICE, G. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.